

# O setor informal: do excedente estrutural à escolha individual.

## Marcos interpretativos e alternativas de política. Réplica.

Carlos Alberto Ramos\*

1. A escolha dos comentaristas pelos Editores da *Econômica* tem vários méritos. Um deles (talvez o mais importante) é a qualificação dos convidados. Mas, se o objetivo consistia em explicitar o debate, a escolha tem ainda o mérito de refletir os paradigmas em disputa e, simultaneamente, manifestar as fragilidades do termo “setor Informal” (SI) como categoria de análise.

1.1. O texto da Prof. Maria Cristina Cacciamali tem a qualidade de sintetizar a interpretação “clássica” do SI, cuja fonte original está no trabalho da OIT de 1972 sobre o mercado de trabalho no Quênia. Essa análise enriqueceu-se com as reflexões da escola Cepalina sobre o processo e sobre as limitações do desenvolvimento na América Latina, que acabaram por influenciar a singular interpretação do PREALC acerca do mesmo fenômeno. Nesse marco interpretativo, o SI seria um espaço (ou diversos espaços, se assumirmos que o próprio SI constitui um conjunto heterogêneo de atividades e relações de produção) no qual o excedente estrutural e conjuntural de mão-de-obra busca formas alternativas de sobrevivência.

1.2. Contrariamente, o texto de C.H. Corseuil pode ser compreendido como uma reflexão a partir de uma nova perspectiva analítica, bem mais recente em termos cronológicos. Suas referências aos artigos “fundadores” são bastante escassas, e as categorias teóricas utilizadas são as

---

\* Professor do Departamento de Economia. Universidade de Brasília (UnB). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas. Campus – Asa Norte. Asa Norte – Cep 70910-900 – Brasília, DF. E-mail: carlosal@unb.br.

usuais dentro do *mainstream*. As variáveis empregadas na investigação do SI são outras (custos trabalhistas, escolhas individuais segundo características pessoais, informação imperfeita, etapa no ciclo de vida, retorno a habilidades adquiridas ou não, etc.), e a definição do conceito não guarda correspondência com a perspectiva que sintetizamos no parágrafo anterior; ademais, as conclusões e recomendações de política, obviamente, apresentam poucos pontos de contato com a perspectiva “clássica”.

2. Em termos teóricos, estamos diante de paradigmas (olhares sobre o mundo) radicalmente diferentes, poderíamos até argumentar que concorrentes entre si. Mas, justamente, esse fato nos induz a colocar uma questão que já salientamos no nosso artigo original: o termo SI apresenta uma característica pouco usual, uma vez que é capaz de ser apropriado por visões do mundo (paradigmas analíticos) entre as quais quase não há possibilidade de diálogo. Se essa fertilidade pode induzir a diagnósticos otimistas (a potencialidade, riqueza ou flexibilidade de um termo), por outro lado podemos parar em outro corolário: um termo cuja definição se sujeita a tamanha maneabilidade deveria deixar de ser utilizado como categoria analítica.

2.1. Com efeito, uma atenta leitura dos textos dos dois comentaristas leva a concluir que, sob a qualificação de SI, estão-se desenvolvendo argumentos sobre universos diferentes. Para o pesquisador do IPEA, a força de trabalho informal seria, essencialmente, aquela que tem seu tipo de inserção no mercado não regulada pelo marco institucional-legal estatal (assalariados sem carteira, autônomos que não contribuem para a previdência etc.). Para a Prof. Cacciamali, assumindo como ferramenta teórica o enfoque intersticial subordinado, o SI teria uma série de características ligadas à unidade de produção, não sendo o trabalho assalariado a norma dominante dentro dessas formas de organização. Ou seja, se os assalariados sem carteira fazem parte do SI na perspectiva de Corseuil e não integram esse universo na visão de Cacciamali, a conclusão só pode ser uma: cada qual teoriza sobre um universo diferente. Não unicamente a forma de olhar o mundo é distinta, senão o próprio mundo que olham também não coincide.

**2.2.** Nesse contexto, a questão que deve ser debatida talvez não seja (como pretende a Prof. Cacciamali) a da necessidade de alocar mais tempo e energias para sofisticar os paradigmas abstratos (teóricos) mais consistentes sobre o termo; antes disso, é preciso lograr um mínimo de consenso sobre o significado do SI ou, em outros termos, lograr um mínimo de consenso sobre o objeto em torno do qual estamos teorizando.

**3.** Em seus comentários, a Prof. Cacciamali estabelece diversas correntes (com pontos de contato e rupturas) dentro da perspectiva que estamos denominando “clássica”: o trabalho original sobre o Quênia, a perspectiva PREALC/CEPAL e a abordagem *intersticial subordinada*. Por uma questão de espaço e levando em consideração o objetivo procurado pelo nosso artigo original (um *survey* sobre as diferentes interpretações do SI e os corolários de política pública que delas se deduzem), agrupamos esses marcos interpretativos dentro de uma mesma linha teórico-histórica, mesmo porque os pontos que os unem são mais numerosos que os que os separam. Basicamente, o argumento comum é: o SI representa um excedente estrutural e conjuntural de mão-de-obra devido às características que teve (e tem?) o desenvolvimento da América Latina. O crescimento econômico reproduziria a heterogeneidade e, diferentemente do que nos atribui a Prof. Cacciamali, em nenhum momento afirmamos que o Modelo de Lewis (com o setor arcaico sendo transitório no caminho do desenvolvimento) seja uma outra forma de abordar o SI. Justamente, identificamos nesse ponto uma ruptura entre um dos pioneiros da escola desenvolvimentista (Lewis), para quem o setor não-capitalista (arcaico ou tradicional) estava condenado no tempo, e a escola desenvolvimentista cepalina, para a qual o setor não-capitalista (SI) foi engendrado no mesmo processo de desenvolvimento (modernização).

**3.1.** Contudo, a Prof. Cacciamali não responde a nossos argumentos sobre as fragilidades da abordagem “clássica”. Seus comentários estão mais centrados em apresentar em detalhe a evolução histórica do pensamento OIT/PREALC/Intersticial Subordinada que em debater a importância das fragilidades que mencionamos. Por que o SI (excedente estrutural de mão-de-obra) foi uma característica dos países periféricos, mas não dos países centrais? Qual foi a diferença qualitativa na evolução das economias que tendeu a gerar mercados de trabalho homogêneos nos países centrais e heterogêneos nos países periféricos?

Por que o excedente estrutural não induz à adoção de tecnologias trabalho-intensivas? Por que existe desemprego aberto quando o SI constitui um espaço de livre entrada e produto de estratégias de sobrevivência da mão-de-obra não incorporada pelo setor formal ?

4. Nossos argumentos sobre a evolução do mercado de trabalho nos anos 1990 (concretamente entre 1993 e 1998) mereceram críticas dos dois comentaristas. Em ambos os casos, eles coincidem em assinalar que este foi um período particular e que marcos interpretativos mais amplos não podem ser desqualificados, uma vez que entre esses anos ocorreram diversas mudanças institucionais particulares (abertura comercial, estabilização de preços etc.). Aceitamos a crítica e seus argumentos. Contudo, o exemplo dado tinha como intuito ilustrar um comportamento do mercado de trabalho que não era usual. O crescimento econômico, paralelamente à estagnação do emprego formal, ao aumento da informalidade e à queda da relação entre rendimento dos formais e informais (assalariados sem carteira + conta-própria), não se desenvolvia segundo uma dinâmica esperada e serviu (forneceu base empírica) para as tentativas de desqualificação dos modelos de inspiração desenvolvimentista.

5. Contudo, a nossa argumentação para o período 1993/98 foi útil no sentido de induzir Corseuil a manifestar (embora não explicitamente) a sua interpretação da informalidade (conceito e origens). Ele imputa à estabilização de preços, à elevação do salário mínimo real e ao aumento dos encargos trabalhistas as origens do aumento da informalidade nesse período. O fenômeno explicar-se-ia, pois, já pela elevação do custo do trabalho, já pela maior inflexibilidade dos salários reais. Num contexto de abertura comercial (aumento da competitividade) e – fato não mencionado pela comentarista mas que certamente cabe dentro de sua perspectiva analítica –, numa conjuntura de fortes choques externos negativos (crises mexicana, crise asiática, crise da Rússia), a elevação da rigidez do mercado formal levaria ao aumento da informalidade. A informalidade seria, portanto, o corolário da rigidez e, nesse sentido, seu argumento e visão do SI, como já mencionamos, está na antípoda da perspectiva da Prof. Cacciamali.

6. Por último, um breve comentário sobre epistemologia. O pesquisador Corseuil sustenta, a propósito da nossa caracterização do viés empiricista das novas interpretações, que a inter-relação entre teoria e evidência empírica pode ir nos dois sentidos. Uma pesquisa nos dados poderia corroborar um modelo ou, ao contrário, achados empíricos poderiam gerar novos desenvolvimentos teóricos. Esta última alternativa é, justamente, o que no artigo original denominamos de empiricismo. Hoje, dada a disponibilidade de microdados e seu tratamento em qualquer computador pessoal, é muito mais fácil que no passado trabalhar sobre informações que, com uma enorme quantidade de variáveis, podem dar origem a robustas correlações. Encontradas essas relações, o pesquisador pode ser levado a procurar um marco analítico compatível com o resultado encontrado, modificar, na margem, algum modelo já existente ou mesmo imaginar novos caminhos analíticos. Contudo, debruçar-se sobre os dados, cruzando variáveis *a esmo* a fim de encontrar alguma correlação robusta para depois teorizar, é um procedimento questionável nas áreas que lidam com fenômenos sociais. A definição, cruzamento e mesmo a forma de construir estatísticas pauta-se por um marco analítico. Nossa pesquisa não dispõe, lamentavelmente, de um objeto preexistente: temos, por isso, que “construir” o objeto. É nesse aspecto que está centrado o debate sobre o próprio conceito de SI. Nenhuma definição é superior a outra. A definição de SI dada pela Prof. Cacciamali ou presente no Comentário de Corseuil são igualmente válidas, embora operem sobre conjuntos diferentes. Se podemos considerar válidas múltiplas definições do SI, definições que, em princípio, deveriam ser deduzidas de marcos analíticos abstratos, é difícil imaginar que a pesquisa possa avançar a partir de cruzamentos aleatórios e que, em uma etapa posterior, se procure o paradigma teórico que lhes outorgue racionalidade e fundamento. Nesse sentido, em um cenário no qual os referenciais teóricos não dialogam entre si, dificilmente se pode esperar que concordem sobre o objeto que discutem, e, assim, a pergunta com que termina o Comentário da Prof. Cacciamali terá uma resposta pessimista.

*Recebido para publicação em outubro de 2007.  
Aprovado para publicação em novembro de 2007.*